

REFORMA FOI ANTECIPADA

Ministério só sofreria mudanças a partir de junho

O presidente Fernando Henrique Cardoso não queria mexer em seu ministério antes de junho, mas teve de antecipar os convites aos deputados Francisco Dornelles (PPB-RJ) e Luiz Carlos Santos (PMDB-SP) devido à exaustão de sua base política no Congresso. Há três semanas, ele reuniu seus principais articuladores no Palácio da Alvorada e ouviu um diagnóstico arrasador: ninguém tinha mais condições de garantir a aprovação das reformas.

“Não tenho mais condições de trabalhar as bancadas”, disse-lhe Santos. O presidente da Câmara, Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), disse o mesmo. O líder do PSDB, José Aníbal (SP), também. Fernando Henrique se viu diante de duas opções: jogar a toalha ali mesmo ou partir para a estratégia que ele chama de “pragmatismo realista”, reforçando a participação do PMDB e do PPB no governo. É quase um pleonasmo, mas foi o caminho escolhido naquele domingo no Alvorada.

Fernando Henrique já estava

disposto a nomear Dornelles para o Ministério da Indústria, Comércio e Turismo (MICT). Dias depois, recebeu o aviso de que Andrade Vieira pediria demissão. Acabou surpreendido no dia 18, um dia depois do massacre dos sem-terra em Eldorado de Carajás (PA), pela divulgação da saída feita, sem aviso prévio, pelo próprio Andrade Vieira. Passou a contar com mais cartas para o jogo: Agricultura, Reforma Agrária, Coordenação Política, mas assim mesmo tinha de deslocar Dorothea Werneck do MICT.

Até a hora do almoço de quarta-feira passada, o presidente ficou administrando um jogo de pressões. Teve a oferta de Odacir Klein, que desejava ser deslocado para a Reforma Agrária, desde que o PMDB continuasse com o Transportes. A vaga seria do deputado Moreira Franco (PMDB-RJ), compensando a escolha de Dornelles, seu maior adversário regional no Rio. A fórmula dava um peso muito grande ao PMDB em relação ao PFL, o que poderia

comprometer a indicação de Santos, e não prosperou.

Assim, o presidente chegou ao almoço de quarta-feira com Santos, Luís Eduardo e os ministros Sérgio Motta e José Serra, com as decisões praticamente tomadas: trocar Dorothea por Dornelles, nomear Santos para a coordenação política e um nome neutro para a Reforma Agrária (escolheu Raul Jungmann). Moreira Franco, que tem a estratégica relatoria da reforma administrativa, virou um caso “a ser administrado” e, até por pressão do PFL, a Agricultura voltaria ao PTB.

A inconfidência de um dos quatro impediu que Fernando Henrique “administrasse” Dorothea. Todos os novos ministros sabem que o jogo é para as reformas e não há compromissos para além de janeiro. Eles terão de mostrar bom desempenho no Congresso, nas próximas votações. Para ficar, também terão de se adaptar ao novo governo que começará em 1997: prioridade para a área social. **R. A./AE**